Projeto de Voto n.º 228/XVII/1.ª

De Solidariedade para com o Japão face à escalada de intimidação e agressão diplomática por parte da República Popular da China

A situação no Indo-Pacífico, particularmente no quadrante que envolve as relações entre a República Popular da China, o Japão e Taiwan, evoluiu nas últimas semanas para um dos momentos mais sensíveis, perigosos e ilustrativos da crescente erosão da ordem internacional baseada em regras desde o final da Segunda Guerra Mundial. A crise diplomática que irrompeu no início de novembro de 2025, após declarações da primeira-ministra japonesa Sanae Takaichi sobre a possibilidade de o Japão considerar uma agressão chinesa a Taiwan como uma situação ameaçadora para a própria sobrevivência do Estado japonês, veio expor com clareza uma tendência mais profunda: o esforço sistemático de Pequim para intimidar e punir Estados soberanos que expressam posições alinhadas com o direito internacional mas contrárias aos interesses estratégicos chineses.

A reação chinesa foi imediata, vigorosa e profundamente desproporcionada, revelando não apenas discordância política, mas uma verdadeira tentativa de impor custos económicos, diplomáticos e reputacionais ao Japão. Pequim começou por anunciar a suspensão da importação de marisco japonês, retomando acusações infundadas sobre segurança alimentar que já haviam sido instrumentalizadas noutras crises políticas, como após a libertação de águas tratadas de Fukushima. Seguiram-se avisos formais às empresas chinesas de turismo para cancelarem viagens ao Japão, provocando centenas de milhares de anulações, e alertas de segurança dirigidos aos estudantes chineses a residir em território japonês, criando a perceção artificial de risco num país que é reconhecidamente um dos mais seguros do mundo. Paralelamente, a China suspendeu o processo de aprovação de novos filmes japoneses para exibição em território chinês e revogou estreias já autorizadas, afetando diretamente o setor cultural e audiovisual do Japão.

Estas medidas foram acompanhadas de uma escalada retórica particularmente grave. A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mao Ning, acusou o Japão de ingerência nos assuntos internos chineses, questionou a legitimidade do país enquanto parceiro da segurança internacional e, num discurso de tom histórico-revisionista, insinuou que o Japão não deve aspirar a lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O embaixador da China na ONU reforçou a mesma tese, utilizando referências à guerra de 1937-1945 para construir uma narrativa em que o Japão é apresentado como país "desqualificado", ignorando o seu percurso de mais de sete décadas de democracia liberal, de compromisso pacifista e de contribuição económica e humanitária para a comunidade internacional.

O incidente mais alarmante ocorreu quando o cônsul-geral da China em Osaka, Xue Jian, utilizou a rede social X (antigo Twitter) para tecer insultos diretos à liderança japonesa e insinuar ameaças físicas, chegando mesmo a afirmar que iria *"cortar a cabeça nojenta (da Primeira-Ministra japonesa)"*, num registo que rompe totalmente com as normas diplomáticas internacionais. Ainda que as mensagens tenham sido apagadas, o seu conteúdo e o facto de terem sido publicadas por um representante oficial de Pequim revelam uma postura de intimidação que ultrapassa largamente o que é expectável entre Estados.

Em resposta, o ministro da Defesa japonês, confirmou que o plano para instalar mísseis defensivos em Yonaguni, a ilha japonesa mais próxima de Taiwan, estava a avançar rapidamente. O objetivo declarado é proteger a população japonesa de possíveis ataques de mísseis e aeronaves num contexto em que a República Popular da China multiplica a sua presença militar nas imediações de Taiwan e intensifica exercícios navais e aéreos que frequentemente atravessam zonas próximas de Okinawa e do arquipélago de Nansei. Pequim reagiu argumentando que o Japão está a "provocar tensões", quando

na realidade os sistemas instalados são unicamente defensivos e destinam-se a lidar com ameaças reais e crescentes.

Para compreender a gravidade da situação atual, é necessário enquadrar a postura chinesa no seu contexto mais vasto. A China tem utilizado nos últimos anos uma combinação de assertividade militar, coerção económica e pressão diplomática em múltiplas frentes. Em Taiwan, os voos militares chineses na zona de identificação de defesa aérea atingiram números recorde, com dezenas de incursões em certos dias. A marinha chinesa realiza exercícios que simulam bloqueios navais, tentativas de cerco e cenários de invasão anfíbia. Em 2024 e 2025, manobras chinesas chegaram a aproximar-se perigosamente de rotas aéreas civis e de navios mercantes, causando preocupações legítimas sobre segurança regional.

No Mar do Sul da China, a pressão chinesa atingiu proporções particularmente perigosas. As Filipinas têm sido alvo de atos agressivos reiterados, incluindo choques deliberados contra embarcações filipinas, ataques com canhões de água de alta pressão que feriram pessoal militar e civil, e a obstrução de missões de abastecimento à guarnição filipina em Ayungin Shoal. O Vietname tem protestado repetidamente contra incursões chinesas em zonas de exploração energética e contra a presença permanente de navios de milícia marítima chinesa que intimidam pescadores. A Malásia, o Brunei e mesmo a Indonésia têm enfrentado interferências chinesas em áreas que se situam claramente dentro das suas zonas económicas exclusivas ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Tudo isto ocorre apesar da decisão de 2016 do Tribunal Permanente de Arbitragem, que rejeitou categoricamente as reivindicações chinesas sobre vastas áreas marítimas.

A coerção chinesa não se limita ao plano militar e territorial. Pequim tem utilizado sistematicamente o poder económico como instrumento político. A Austrália enfrentou tarifas punitivas sobre cevada, vinho, carne bovina e carvão depois de pedir uma

investigação independente à pandemia. A Lituânia viu exportações bloqueadas, empresas intimidadas e cadeias logísticas interrompidas após permitir a abertura de um escritório de representação taiwanês com o nome "Taiwan". A Coreia do Sul enfrentou restrições turísticas e comerciais após instalar o sistema antimíssil THAAD. Este padrão revela que a crise com o Japão não é excecional, é a continuação de uma estratégia que procura disciplinar e silenciar países soberanos através da coerção.

Paralelamente, a política interna chinesa ilustra uma erosão profunda dos direitos humanos. Em Xinjiang, a repressão de uigures e outras minorias inclui campos de "reeducação", trabalhos forçados e vigilância intrusiva. No Tibete, a liberdade religiosa é severamente restringida e programas de assimilação cultural são impostos com intensidade crescente. Hong Kong perdeu as liberdades prometidas no princípio "um país, dois sistemas", com opositores presos e instituições democráticas anuladas. Em Macau, o sistema político foi gradualmente esvaziado de pluralismo e autonomia real, alinhando-se cada vez mais com o modelo continental.

No plano internacional, a China tem aprofundado alianças com regimes que desafiam ativamente a ordem global. A Rússia tem contado com apoio económico chinês para mitigar sanções e prolongar a guerra de agressão contra a Ucrânia. O Irão beneficia de cooperação tecnológica e económica chinesa para sustentar redes regionais hostis à estabilidade. A Coreia do Norte mantém-se dependente de Pequim para o seu programa nuclear e balístico. A Venezuela recebe financiamento e apoio diplomático essenciais para prolongar um regime que viola os direitos civis e políticos da sua população.

O Japão, por sua vez, destaca-se como uma das democracias mais estáveis e consistentes do Indo-Pacífico. Desde 1947, tem uma Constituição pacifista que limita o papel das suas Forças de Autodefesa a funções defensivas. Ao longo de sete décadas, o Japão tem sido um dos principais financiadores de ajuda humanitária, um dos pilares da economia global, um parceiro fiável da comunidade internacional e um defensor da

democracia liberal. O reforço das suas capacidades defensivas nos últimos anos resulta exclusivamente do ambiente regional cada vez mais hostil e da necessidade de assegurar a proteção da sua população e das suas ilhas mais vulneráveis.

Portugal e o Japão partilham uma relação histórica de quase cinco séculos, iniciada em 1543 com a chegada de marinheiros portugueses à ilha de Tanegashima, o primeiro contacto documentado entre o Japão e a Europa. Esta relação gerou intercâmbios culturais, científicos e comerciais que deixaram marcas profundas no arquipélago japonês, dos "biombos namban" à influência linguística de palavras portuguesas no japonês moderno. Hoje, Portugal reconhece no Japão não apenas um país amigo, mas uma democracia moderna que defende valores comuns de liberdade, abertura, respeito pela lei internacional e cooperação pacífica entre nações. Num momento em que esses valores são desafiados por práticas autoritárias crescentes, torna-se moral e politicamente necessário afirmar solidariedade entre povos, que apesar da distância, partilham os mesmos valores.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

1. **Expressa a sua firme solidariedade para com o Japão perante a escalada de intimidação, coerção económica e agressão diplomática promovida pela República Popular da China.**

2. **Reafirma o direito soberano do Japão a reforçar as suas capacidades de defesa e a adotar as medidas necessárias à proteção da sua integridade territorial e segurança nacional, em conformidade com o direito internacional.**

3. **Condena a utilização de instrumentos económicos, culturais, turísticos e diplomáticos como forma de pressão coerciva contra Estados soberanos que expressam posições alinhadas com a ordem internacional baseada em regras.**

4. **Rejeita a retórica hostil, insultuosa e intimidatória dirigida à liderança japonesa e às instituições democráticas do Japão, reiterando que o diálogo entre Estados exige respeito mútuo e conduta diplomática responsável.**

5. **Afirma o compromisso de Portugal com a paz e a estabilidade no Indo-Pacífico, com a liberdade de navegação, com a defesa das democracias da região e com o aprofundamento da cooperação com o Japão num contexto de crescente incerteza estratégica.**

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva

Angélique Da Teresa

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Jorge Miguel Teixeira

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Miguel Rangel

Rui Rocha